

**CEDI****Povos Indígenas no Brasil**Fonte: Journal da Bahia Class.: 03  
Data: 03.06.84 Pg.: 01

# Antropólogos exigem 190 solução para pataxós

## *Temem retomada da violência contra índios*

A problemática dos índios pataxó há há há, na luta pela posse da terra, na reserva indígena Caraúçu-Caramuru, no sul da Bahia, foi discutida na última reunião da Comissão do Índio da Câmara dos Deputados, quando foram ouvidos os antropólogos, Pedro Agostinho, da Associação Brasileira de Antropologia, Maria Hilda Paraiso, do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFB, Aracy Silva, da USP e Comissão Pró-Índio de São Paulo, e o jornalista Eduardo Almeida, da ANAI-Bahia, que fizeram um retrospecto da trajetória da tribo na região.

Durante a reunião, os antropólogos baianos reafirmaram a necessidade de uma definição

urgente das autoridades no sentido de resolver os graves conflitos no sul da Bahia, envolvendo índios pataxó e fazendeiros e posseiros que ocupam e exploram os 36 mil hectares de terras reivindicadas pelos indígenas. A situação na região é de tensão, ameaçando repetir a violência do passado, revelada em estudos desenvolvidos pela antropóloga Maria Hilda Paraiso, quando os índios foram vítimas de um incrível processo de extermínio, via usurpação de terras, omissão oficial, massacres".

Em seu depoimento, o ex-presidente e representante da Associação Nacional de Assistência ao Índio (ANAI), seção da Bahia, Eduardo Almeida afirmou que

"esse longo e vergonhoso episódio, pontilhado de crimes, os mais lamentáveis, pode e deve ser reparado de forma breve, seja pelo próprio Poder Judiciário, por iniciativa do Executivo federal ou do Congresso Nacional".

Eduardo enfatizou que "o caso Pataxó põe a nu, mais uma vez, a crise fundiária brasileira, que tem na Bahia uma manifestação das mais graves". Segundo Eduardo, há terras suficientes na Bahia, no sul e extremo-sul, onde o solo é mais produtivo, para fazendeiros e índios e não há motivo para impasse ou provocações. Afirma que "o impasse estana falta de iniciativa e coerência das autoridades e na lamentável morosidade da Justiça.